



INSTITUTO MARISTA
DE SOLIDARIEDADE

Caminhos Sustentáveis

BOLETIM INFORMATIVO DO IMS
EDIÇÃO NÚMERO 27
ANO 3 - Julho de 2014

Edição Especial



Solidária
Artesanato e
Produtos da Agricultura Familiar





**INSTITUTO MARISTA
DE SOLIDARIEDADE**

Província Marista Brasil Centro-Norte

Superior Provincial

Ir. Wellington Mousinho de Medeiros

Conselheiros Provinciais

Ir. Alexandre Lucena Lôbo

Ir. Ataíde José de Lima

Ir. José de Assis Elias de Brito

Ir. José Wagner Rodrigues da Cruz

Superintendência Socioeducacional

Dilma Alves

Superintendência de Organismos Provinciais

Ir. James Pinheiro dos Santos

Superintendência de Operações Centrais

Artur Nappo Dalla Libera

Gerência Social

Cláudia Laureth Faquinote

Instituto Marista de Solidariedade

Diretora

Shirlei Silva

Informativo Caminhos Sustentáveis

Coordenação da Publicação

Rizoneide Amorim

Jornalista Responsável

Diagramação

Textos

Edição

Oniodi Gregolin



Desde o ano passado o IMS (Instituto Marista de Solidariedade) está executando o projeto Rede Brasileira de Comercialização Solidária, que tem por objetivo, expresso em seu slogan: conectar pontos e tecer uma nova economia. Os caminhos para alcançar tal meta já começaram a ser desenhados e, a cada dia, mais pontos são interligados na grande rede de comercialização solidária que se formará por todo o País.

A estrutura do projeto está planejada para fortalecer as relações, experiências e fluxos comerciais entre diversos empreendimentos de Economia Solidária, respeitando os saberes e diversidades existentes entre eles. Além disso, um dos grandes propósitos do projeto é construir uma prática contínua do Comércio Justo e Solidário, apoiando e disseminando o consumo consciente e práticas agroecológicas para o bem-viver.

Mesmo caminhando a passos largos a cada dia ainda, sempre restam alguns questionamentos com relação ao projeto. Afinal, o que é bem-viver? O que são redes colaborativas? E fluxos comerciais? Para responder tais perguntas o IMS convidou o filósofo e um dos principais teóricos da Economia Solidária, Euclides Mance, para responder estas e algumas outras perguntas.

Euclides Mance é formado em filosofia pela Universidade Federal do Paraná e mestre em educação pela mesma universidade. Já atuou como consultor em projetos de organismos internacionais como a FAO (Food and Agricultural organization) e Unesco, ambas ligadas às Nações Unidas. Tem diversos livros e artigos publicados relacionados a economia solidária, redes colaborativas e bem-viver. Os textos a seguir foram retirados de uma entrevista realizada com ele no final de 2013.

Confira nosso trabalho também nas redes sociais. Siga-nos!



/imsmarista



@marista_ims



/comsolims

O que são redes colaborativas?



Euclides Mance, em pé, ministrando oficina no Mato Grosso do Sul.

Podemos pensar as diferentes realidades - da natureza e da cultura - como formas de rede. Toda a realidade é constituída de fluxos materiais e sígnicos. Dos laços desses fluxos surge tudo o que percebemos. Todos os organismos vivos, como os seres humanos, têm diferentes necessidades a satisfazer com esses fluxos para seguir vivendo. Parte destas necessidades são atendidas pelos ecossistemas - como o ar que respiramos, que é produzido por outros seres vivos, sem os quais nós mes-

mos não existiríamos. Outra parte das necessidades dos seres vivos - no caso de muitas espécies - são atendidos pelo seu trabalho de transformar o ambiente externo para gerar coisas que lá não estariam sem essa transformação. Mas no caso dos seres humanos, é o exercício de nossa liberdade - pessoal e social - que nos permite organizar de maneira consciente os diferentes fluxos que estão na base de nossa constituição como pessoas e sociedades. Assim, tanto os fluxos econômicos,

quanto os de poder, de informação e de educação, por exemplo, podem ser organizados e exercidos para expandir o bem-viver de todos, quanto podem ser organizados e exercidos para oprimir e dominar as maiorias em favor da expansão das liberdades de apenas uma parcela da sociedade. Por isso tanto se pode falar de redes colaborativas que se organizam para oprimir e dominar, quanto redes colaborativas solidárias que se organizam para promover as liberdades públicas e privadas.

O objetivo das redes de colaboração solidária é assegurar o bem-viver de todas às pessoas, nas melhores condições possíveis, de modo tal que as condições ecológicas e econômicas para o exercício das liberdades de todos estejam atendidas de maneira sustentável, que os fluxos de poder - seja na micro-política da vida privada seja na macro-política pública, exercida por meio dos aparelhos sociais, particularmente dos aparelhos de Estado - sejam democráticos, que o acesso à informação e suas diferentes interpretações e compreensões de mundo se realize sob a lógica da libertação e da interculturalidade, de maneira dialógica - para que se possa viver a vida de maneira ética, isto é, promovendo as liberdades de todos que exercem a sua liberdade promovendo as liberdades eticamente exercidas dos demais.

O objetivo das redes de colaboração solidária é assegurar o bem-viver de todas às pessoas, nas melhores condições possíveis, de modo tal que as condições ecológicas e econômicas para o exercício das liberdades de todos estejam atendidas de maneira sustentável

Paulo Freire nos diz, no final da Pedagogia do Oprimido, que “o que defende a teoria dialógica da ação é que a denúncia do ‘regime que segrega esta injustiça e engendra esta miséria’ seja feita com suas vítimas a fim de buscar a libertação dos homens em co-laboração com eles.”. E, de fato, não há outra maneira de fazê-lo, pois como dizia Freire, ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os seres humanos se libertam em comunhão. Esse conceito de comunhão em Freire tem a ver com a ideia de que somente podemos pensar valendo-nos da linguagem e esta é produto dos seres humanos, marcados por suas relações sociais de opressão e de libertação. A ação de exercer a liberdade de maneira comum, pensando e agindo de maneira dialógica e colaborativa em favor da libertação de todos - nos permite construir o inédito viável, novos mundos possíveis, mais humanizados, justos e livres. Mais do que uma comunidade humana que existe por natureza, trata-se de uma comunhão humana que nos constitui em nossa humanidade, que se realiza pelo exercício colaborativo da liberdade em favor da libertação de todos. As redes colaborativas solidárias são formas de organizar fluxos ecológicos e econômicos de caráter sustentável, fluxos de poder democrático e fluxos dialógicos de informação e educação para assegurar o bem-viver de todos no exercício ético mais amplo possível de suas liberdades.



Redes Cola

Como elas se constroem em nichos específicos como a Economia Solidária, por exemplo?



Para mim a economia solidária não é um nicho: ela é um eixo de lutas, é um sistema econômico pós-capitalista em construção, um modo de bem-viver. A palavra nicho tem muitos sentidos, referindo-se geralmente a um espaço específico para algo - como aqueles espaços em cemitérios. Na ecologia ainda não há consenso sobre o emprego da palavra nicho e a sua distinção completa de habitat. E na economia, se costuma usar essa palavra para referir-se a segmentos de consumidores com necessidades específicas que não estejam satisfatoriamente atendidos em suas demandas, possibilitando a alguns atores econômicos obterem vantagens comparativas nesse atendimento.

Mas as redes colaborativas de economia solidária não buscam nichos. Elas tratam de organizar de maneira solidária e colaborativa os seus próprios fluxos econômicos, de poder, de informação, comunicação e educação para subverter toda forma de opressão e de dominação, para construir sociedades sempre mais democráticas, livres e plurais.

Do ponto de vista dos fluxos econômicos, essas redes partem das necessidades de consumo das famílias, dos governos e dos próprios empreendimentos para construir soluções que as atendam no setor da economia solidária. Assim, por exemplo, uma comunidade com cem famílias, que compram todo mês R\$ 300,00 cada uma em mercados capitalistas, gasta R\$ 30 mil por mês nessas compras. Canalizando-as a um mercado de economia solidária, essas famílias podem assegurar o funcionamento desse mercado. Esse mercado, por sua vez, também compra os produtos que vende. E por isso deve igualmente atuar em rede com outros mercados no setor da economia solidária, para privilegiar produtos ecológicos e solidários, de acordo com as necessidades dos seus consumidores finais. Mas se não existirem tais produtos

no setor da economia solidária, os mercados solidários terão de comprar de fornecedores capitalistas para assegurar o fluxo de atendimento dos consumidores finais da rede. Por sua vez, os excedentes apurados pelos mercados são canalizados a um fundo de economia solidária. E quando houver condições de criar-se novos empreendimentos com os recursos desse fundo, será dada prioridade a montar empreendimentos que venham a produzir ou atender justamente aqueles itens em que a rede mais gasta com provedores capitalistas. Assim, substituindo progressivamente os provedores capitalistas por provedores solidários e ecológicos, as redes vão redirecionando seus fluxos de valor para o próprio setor da economia solidária e para o desenvolvimento de uma economia realmente sustentável.

Esse movimento, que vai se expandindo de maneira progressiva pela adesão dos consumidores (famílias, governos e empresas), em número cada vez maior, a uma lógica solidária viver e de consumir, possibilita ampliar o volume de recursos dos fundos de economia solidária. Com o crescimento desses fundos será possível o surgimento de empreendimentos solidários de produção dos chamados bens de capital - que na economia solidária chamamos mesmo de meios de produção. Na medida em que a economia solidária começar a produzir também seus próprios meios de produção, ela passará a desenvolver as forças produtivas da economia solidária, com outra lógica, pois não está voltada a produzir mais capital e sim a criar as bases produtivas para a realização do bem-viver de todos de maneira ecologicamente sustentável.



Se construíssemos uma linha do tempo das redes colaborativas, em seus mais diversos aspectos, onde estaria o Marco Zero? E das redes de economia solidária, quando ela apareceria nessa linha do tempo?

As redes colaborativas são tão antigas quanto a humanidade. Um dos produtos mais espetaculares das redes colaborativas são as diferentes línguas faladas pelas comunidades humanas. Elas foram produzidas coletivamente e são um importante meio de libertação, mas igualmente de dominação. Não existe nenhuma tecnologia inventada em toda a história da humanidade que não seja fruto de ação colaborativa. Pois as linguagens que usamos para pensar, mesmo as linguagens matemáticas, foram produzidas por seres humanos. Mas essas tecnologias assim criadas tanto podem servir para expandir o bem-viver quanto para fortalecer a opressão e a dominação. Nenhuma tecnologia é neutra, surgindo sempre com algum propósito. Mas elas podem ser desviadas de seus propósitos originários e ganhar novas aplicações.

Redes colaborativas de economia solidária também existiram desde a origem da humanidade. Se os seres humanos não colaborassem economicamente para sustentar todos os membros das comunidades, especialmente os mais frágeis, a espécie humana teria sido extinta, pois nenhum bebê humano consegue sobreviver sozinho.

Não é por acaso que a palavra economia deriva de oikos, que significa casa. Saber como assegurar os recursos materiais para a sustentação da vida de todos os habitantes da casa é a forma mais básica de economia.

Mas do ponto de vista estratégico, a organização premeditada de redes de economia solidária com vistas a reorganizar os fluxos materiais, de poder e de conhecimento, com a capacidade de construir sociedades pós-capitalistas e expandir o bem-viver de todos, é um fenômeno recente e que ainda não foi bem compreendido pelo próprio movimento da economia solidária. Há várias experiências de organização de redes de economia solidária cuja história remonta aos anos 60 e 70, com base em práticas anteriores. Mas eram redes setoriais, sejam de comércio justo, de finanças solidárias, agroecológicas, etc.

Inspirada no modelo de redes solidárias que explicitamos nos anos 90, podemos citar a Rede de Colaboração Solidária de Curitiba, constituída em 1999. Há um vídeo disponível na Internet que conta um pouco do funcionamento dessa rede naquela época. Atualmente existem muitas redes consolidadas no Brasil, América Latina, Europa e em outros lugares, reivindicando o conceito de rede, cada qual com suas diferentes histórias, estratégias de organização e funcionamento. Mas sem a colaboração solidária entre os seus atores, seria impossível a existência dessas redes como manifestação da economia solidária.

Como ocorrem os fluxos econômicos de empreendimentos solidários?



Quando analisamos um território, comunidade ou rede econômica, vemos que existem fluxos econômicos que podem empobrecer esses territórios, comunidades e redes ou que podem contribuir para o seu desenvolvimento sustentável. Nos anos 70, a Teoria da Dependência mostrou que o desenvolvimento dos centros econômicos dominantes somente era possível graças aos fluxos econômicos internacionais que canalizavam valores econômicos das periferias dependentes e subdesenvolvidas para tais centros hegemônicos. Mas, como demonstrou Gunder Frank, dentro dos próprios países periféricos existe igualmente uma grande teia de fluxos econômicos em que ocorre a subordinação de territórios dependentes frente a outros que são hegemônicos e centrais. Entretanto, embora houvesse naquela época várias teses sobre como romper a situação de dependência internacional ou sobre

como promover a interdependência entre capitais internacionais para um desenvolvimento periférico subalterno, não houve entretanto a explicitação pela Teoria da Dependência de como promover a reorganização dos fluxos econômicos no interior das nações, de modo a assegurar um desenvolvimento sustentável, regionalmente distribuído. Essa abordagem somente veio a ser explicitada com as estratégias de redes colaborativas de economia solidária nos anos 90, desenvolvendo-se a teoria da economia de redes, analisando-se de maneira muito cuidadosa a complexidade dos fluxos econômicos e investigando como reorganizá-los de maneira colaborativa nos marcos de uma economia de libertação.

Conforme essa teoria, os fluxos econômicos podem ser subdivididos em fluxos de meios econômicos (bens e serviços), valores econômicos (valores que são atribuídos socialmente a esses meios) e representações simbó-

licas econômicas (moedas, créditos, bônus, contratos, registros de intercâmbios), etc.

Quando analisamos a economia de um território, comunidade ou rede econômica, devemos investigar como esses três tipos de fluxos se conectam e se realimentam em laços de auto-reforço ou de auto-equilíbrio. Como se trata de uma economia para o bem-viver, partimos da análise dos fluxos dos bens e serviços que são necessários ao bem-viver das pessoas e comunidades e como eles são servidos pelos ecossistemas ou pelo trabalho humano, como são providos publicamente pelos governos ou privadamente pelos empreendimentos. Todavia não mapeamos apenas os

fluxos internos, basta um sistema de registro de movimentação de valores - o que pode ser feito com unidades de compensação, como créditos solidários (representações de valor econômico), para a realização de transações não-monetárias. Na sequência define-se a magnitude necessária dos fundos de economia solidária para a compensação de créditos não-monetários por dinheiro, possibilitando com essa compensação realizar pagamentos externos à rede. Desse modo torna-se possível potencializar os fluxos econômicos de um território, distribuindo os fluxos econômicos de maneira horizontal, em função do bem-viver das pessoas, ao invés de empobrecer a maioria



fluxos existentes, mas igualmente as demandas existentes e que seguem insatisfeitas, particularmente as demandas das populações empobrecidas. Então, são desenhadas soluções de atendimento dessas demandas existentes e demandas potenciais por iniciativas de economia solidária, que tanto podem ser individuais, quanto familiares ou supra-familiares. Em seguida, com os planos de consumo e planos de atendimento elaborados, analisamos os fluxos econômicos no interior dessas redes projetadas. Para pagamentos externos, elas necessitam de dinheiro. Para intercâmbios

dos territórios em função da acumulação privada de capitais em fluxos centralizados que ligam as periferias dependentes aos centros economicamente hegemônicos. Entretanto, como nenhum território produz tudo aquilo que necessita, cabe organizar redes de redes, interligando os diferentes territórios em fluxos econômicos solidários, de maneira a assegurar as vantagens da complementariedade de atividades econômicas, mas sem reproduzir os processos de dominação econômica de centros hegemônicos sobre periferias dependentes.

O que é o Bem-viver? Qual o caminho para se consolidar em nossa prática do dia a dia?

O conceito filosófico de bem-viver nasceu em 1998, na reflexão sobre o exercício ético das liberdades públicas e privadas. Nesta perspectiva, o que dá sentido à expansão das liberdades públicas e privadas é a realização do bem-viver de cada pessoa e de toda a humanidade. Por outra parte, o bem-viver está sempre em alguma medida realizado e em alguma medida negado, pois a liberdade, por mais que esteja oprimida, ainda pode ser exercida como resistência contra a opressão; e por mais que esteja realizada ainda pode ser expandida cada vez mais. A realização do bem-viver está associada ao modo como as quatro condições da liberdade, anteriormente mencionadas, são asseguradas ou negadas às pessoas e às sociedades na realização concreta de suas liberdades. Assim, a categoria de bem-viver tanto permite criticar todas as formas de dominação e de opressão, mas igualmente criticar também todas as formas de libertação, para que estas não degenerem em novas formas de dominação. O bem-viver é uma superação das abordagens tradicionais da ética que a fundam ou na defesa do bem ou na defesa da vida. Entretanto, quando entendemos que toda realidade é constituída de fluxos, percebemos que a vida está sujeita a diferentes fluxos materiais e que o bem, como valor, está sujeito aos fluxos semióticos da cultura. Não há vida ou bem que possa consistir fora da realidade complexa dos fluxos materiais e sígnicos que se interpenetram. O melhor

modo de compreender o sentido da vida e do bem é a partir dos fluxos reais em que a vida e o bem se realizam em laços de retroalimentação na expansão das liberdades públicas e privadas. Ao compreender a vida e o bem, dessa maneira, podemos definir o bem-viver como um horizonte de sentido para o exercício das liberdades públicas e privadas, em que os fluxos materiais, de poder e de informação, comunicação e educação são valorados sob a perspectiva de expandir cada vez mais essas liberdades, eticamente exercidas.

Do ponto de vista econômico, isso implica em que a economia deve ser compreendida como uma das condições da libertação de cada pessoa e de toda a humanidade, em harmonia com os ecossistemas - pois sem as sustentabilidades econômicas, ecológica e solidária a economia não pode realizar-se plenamente como uma economia de libertação. O caminho para se consolidar a economia solidária como economia de

Podemos definir o bem-viver como um horizonte de sentido para o exercício das liberdades públicas e privadas, em que os fluxos são valorados sob a perspectiva de expandir cada vez mais essas liberdades

libertação em nossa prática do dia a dia é relativamente simples: temos de reorganizar solidariamente nossos fluxos econômicos. Isso significa canalizar nosso consumo, nossa poupança, as compras dos governos, as compras de nossas organizações populares e as compras feitas pelos empreendimentos de economia solidária para o setor da economia solidária, comprando de produtores



individuais, familiares e coletivos que atuam na economia solidária, que adotam a ética do bem-viver anteriormente explicitada em sua atividade econômica. A organização de redes colaborativas solidárias permite conectar esses fluxos econômicos de consumo com os fluxos econômicos de atendimento desse consumo, remontando as cadeias produtivas, com as compras, comércio e produção de bens e serviços no setor da economia solidária. Não se trata de pretender conectar diretamente todos os consumidores com todos os produtores que os atendem, pois do ponto de vista dos fluxos logísticos e da complexidade e diversidade de necessidades e ofertas isso não é viável. Trata-se, isso sim, de reorganizar os fluxos econômicos de maneira solidária. Em outras palavras, há que se partir do consumo para o bem-viver, pois é ele que tem de determinar a comercialização e a produção dos bens e serviços e não o contrário, como ocorre no capitalismo, em que se criam necessidades para ampliar a acumulação de capital. Partindo do consumo, a segunda etapa é canalizar compras e intercâmbios em circuitos econômicos solidários, com a mediação de organizações de aquisição, intercâmbio e comércio de caráter solidário. Por fim, avança-se para a etapa da produção financiada com os excedentes obtidos nas etapas anteriores de consumo e comercialização. No

Há que se partir do consumo para o bem-viver, pois é ele que tem de determinar a comercialização e a produção dos bens e serviços e não o contrário.

Brasil atual, considerando-se as famílias de rendimento até R\$ 1.245,00, pouco menos de 50% do rendimento familiar se refere a rendimento oriundo do trabalho. Mais de 26% se refere a transferência pública (aposentadoria, pensão, complementação de renda, etc) e pouco menos de 24% se refere a rendimentos não-monetários (produção própria, trocas, doação, etc). Reorganizar esses fluxos econômicos de todas as localidades do Brasil, para realimentar com eles as cadeias de comercialização, produção e financiamento da economia solidária local, contribui para promover o desenvolvimento sustentado e distribuído em todo o território nacional. A conexão dessas redes locais em redes regionais, nacionais e internacionais, fortalecendo os fluxos econômicos do conjunto desses territórios, é elemento essencial dessa estratégia, pois nenhum território pode produzir tudo o que necessita. Em nossa avaliação, a organização dessas redes colaborativas de economia solidária é um caminho importante para a promoção do desenvolvimento sustentável das diferentes regiões do país e para a promoção do bem-viver do conjunto da população brasileira.



Qual é o horizonte dessa economia solidária organizada em redes colaborativas?

Em poucas palavras é o asseguramento do bem-estar das pessoas, a construção de sociedades pós-capitalistas em que as quatro condições anteriormente referidas do exercício das liberdades humanas sejam asseguradas a todas as pessoas da melhor maneira possível. Trata-se, portanto, de uma economia de libertação.

Em que estas redes impactam na sociedade?

Como prática de economia de libertação, as redes de economia solidária necessitam operar de maneira libertadora, tanto com relação aos fluxos materiais (ecológicos e econômicos) para que sejam sustentáveis, quanto em relação aos fluxos de poder (na micro-política e na macro-política) para que

sejam democráticos, como em relação aos fluxos de informação, comunicação e educação, para que sejam dialógicos, plurais e interculturais, como também em relação ao caráter ético de seu exercício, que é promover as liberdades públicas e privadas eticamente exercidas. Se as redes de economia solidária



falham em qualquer dessas dimensões, elas se tornam vulneráveis e abrem flancos a reproduzir novas formas de dominação em seu interior ao invés de consolidar os processos de libertação que elas devem fortalecer.

Mas é importante destacar que não existe libertação definitiva. Daí decorre que a liberdade de cada pessoa tem de ser exercida a cada dia com vistas a proteger e expandir as liberdades eticamente exercidas de todos, inclusive as dela mesma. O que consideramos justo hoje, pode ser compreendido como injusto no futuro. Pois, em alguma medida, ainda hospedamos o opressor dentro de nós. Por isso, é fundamental cultivar o consenso, mas ao mesmo tempo respeitar e proteger o dissenso argumentado. É o dissenso que contribui para o desenvolvimento da arte, da ciência e da democracia. Ele nos ajuda a problematizar o senso comum e o consenso existente com base em novos horizontes críticos. Mas nenhum dissenso é válido se, em

nome da liberdade, promove ações que aniquilam a própria liberdade eticamente exercida, prejudicam o bem-viver da humanidade e agridem a sustentabilidade ecológica do planeta.

Por isso a economia solidária, como economia de libertação, é um modo de promover o bem-viver, é um sistema econômico pós-capitalista, em construção, que realiza a democracia no plano econômico, tanto assegurando a propriedade solidária dos meios de produção quanto direcionando a atividade econômica para a realização sustentável das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas. Ao assegurar as bases materiais dessa nova sociedade e ao conectar seus fluxos econômicos com a organização de movimentos de poder contra-hegemônicos, por propagar a democracia em todas as esferas da vida, a economia solidária cumpre um papel estratégico na revolução das redes. Sem uma economia de libertação essa revolução será perdida.

Os governos populares da América Latina e os novos governos da Primavera Árabe, se não consolidarem mecanismos institucionais de participação popular na governança dos Estados - como base de sustentação democrática do poder público - e se não contri-

buírem para o fortalecimento dos circuitos econômicos autogestionados de economia

solidária - como base material, econômica e ecológica, de um modo de viver pós-capitalista, de um sistema econômico pós-capitalista - terminarão por reproduzir o capitalismo e as estruturas de dependência econômica internacional que seguem a concentrar o valor econômico em grandes corporações, as quais continuarão a subordinar as economias de nações periféricas em favor de seus próprios interesses, com fluxos econômicos que sempre desembocarão no fortalecimento das grandes potências hegemônicas internacionais





Diário de Bordo

Curso de Redes Econômicas Solidárias em Dourados, MS

(11-15/nov/2013)

por *Euclides Mance*

Na primeira semana de novembro de 2013, realizamos um curso de cinco dias sobre fluxos econômicos e organização de redes de economia solidária em Dourados, Mato Grosso do Sul, a convite do Instituto Marista de Solidariedade.

No primeiro dia (segunda-feira) tratamos da economia solidária como economia de libertação, recuperando reflexões e conceitos do pensamento de libertação dos anos 60 a 80. Vimos que, naquela época, a práxis de libertação foi refletida nos campos da educação, sociologia, antropologia, filosofia, teologia, psicologia e mesmo do teatro, surgindo uma pedagogia da libertação, sociologia da libertação e assim por diante, mas não houve, entretanto, o surgimento de uma economia de libertação!

Refletimos sobre as possíveis causas disso, recuperando elementos da Teoria da Dependência – em suas diferentes vertentes – que eram compreendidos sob diferentes estratégias de ação. Tratamos também da importância e da limitação das iniciais análises de fluxos econômicos, realizadas pela Teoria da Dependência, considerando as relações entre centro-periferia, tanto em âmbito internacional quanto internas aos países e

seus diferentes territórios.

Vimos que somente nos anos 90, retomando-se uma larga trajetória de reflexões sobre solidariedade e libertação nas atividades econômicas, surgem novos conceitos, estratégias, metodologias e ferramentas que vão sendo testados nas práticas concretas, compartilhando-se avanços e dificuldades, produzindo-se novos acúmulos teóricos e práticos, abrindo-se a perspectiva de reorganização dos fluxos econômicos de maneira pós-capitalista para a realização do bem-viver.

Analisamos, então, o surgimento das redes colaborativas em diferentes áreas e sua atuação local e global. Observamos que embora tenham avançado em fluxos de informação e na produção colaborativa de conhecimentos, embora tenham retroalimentado a organização de fóruns e redes em nível local e internacional, tenham atuado na ocupação de praças e espaços públicos, na eleição de governos populares, na derrubada de ditadores e na sustentação de novos atores nos aparatos de Estado, tais redes continuam, na esfera econômica, a retroalimentar o capitalismo, pois, em geral, elas não intervêm sobre os seus fluxos econômicos – a começar pelos fluxos materiais do próprio consumo das famílias, dos

governos, das organizações e dos empreendimentos.

Então, apresentamos o roteiro dos passos metodológicos, que correspondia aos cinco dias de trabalho do curso, para projetar a organização de uma rede de economia solidária a partir dos fluxos econômicos da realidade concreta dos atores que, em nosso caso, participavam do curso. Assim, simuláramos a organização de uma rede local de economia solidária, com base nos dados da realidade concreta desses atores. Desse modo, os resultados obtidos no curso poderiam servir como base para a construção concreta da rede, projetada com a elaboração coletiva dos participantes naquela semana.

Inicialmente, usando a ferramenta de mapeamento do Solidarius, mapeamos as necessidades das famílias – produtos e serviços de consumo mensal. Mapeamos também os dados básicos dos empreendimentos presentes no curso, suas ofertas, compras e descartes de resíduos.

Em seguida, fizemos os diagnósticos iniciais de rede e das cadeias produtivas a serem organizadas, conectando os fluxos de consumo com os fluxos de comércio, produção, serviços e descartes de resíduos.

O passo seguinte foi listar o número de participantes das 14 organizações e entidades presentes (compondo 8 mil famílias) e os produtos e serviços mais consumidos por essas famílias, com base no mapeamento feito. A lista inicial, com 19 itens, incluiu arroz, feijão, leite, carne, frango, ovos, frutas, verduras,



produtos de higiene e limpeza, roupas, gás de cozinha, etc. Para cada produto, vimos quanto uma família consumia por mês e qual o seu gasto mensal com esse item.

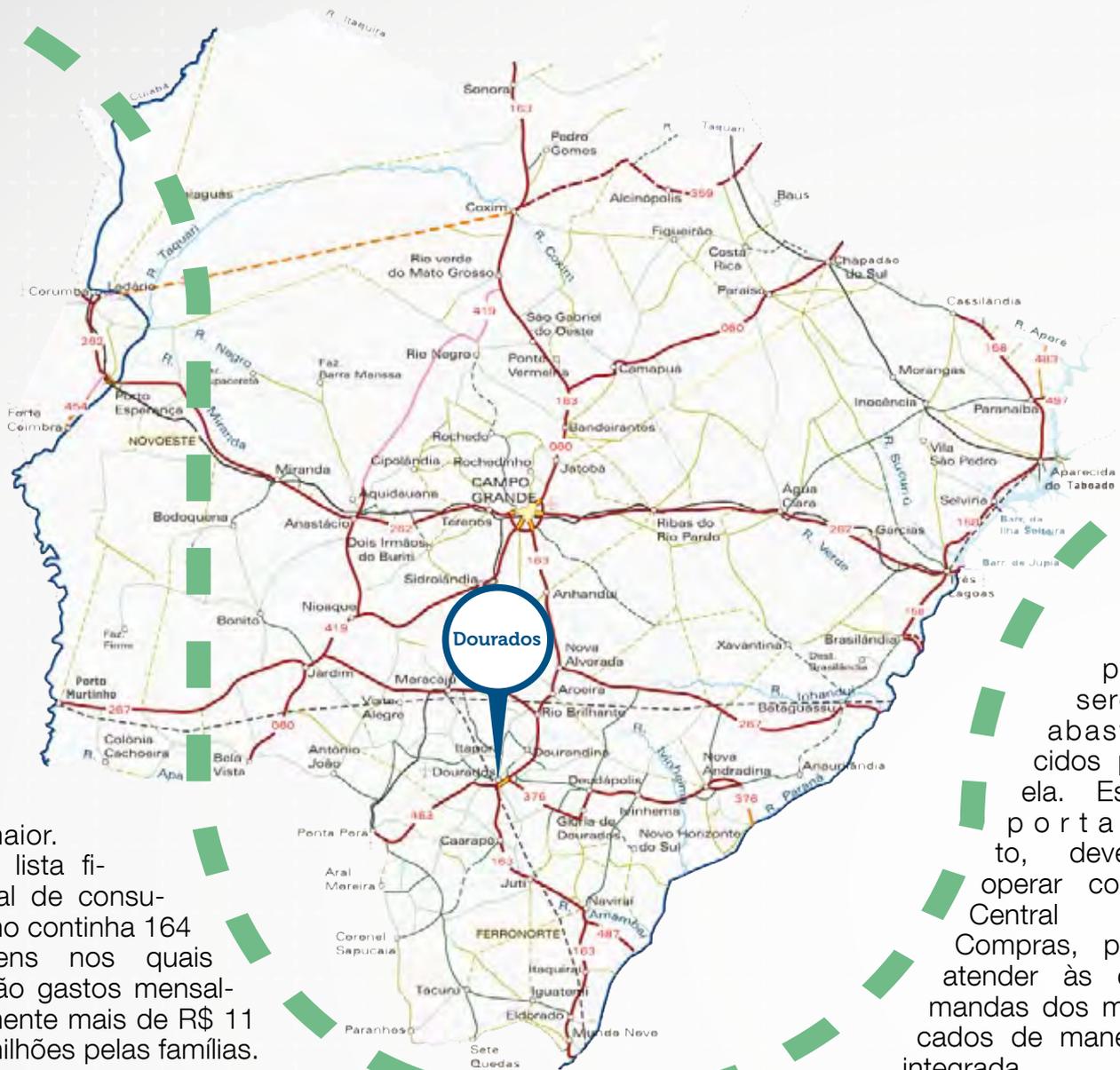
E, então, como sempre acontece nesses cursos que eu assessoro, todos ficaram espantados com o resultado. As oito mil famílias, que já estão integradas em ações de economia solidária por essas organizações, consomem – com base nesse levantamento preliminar – o valor aproximado de R\$ 6 milhões a cada mês.

Se essas demandas fossem canalizadas para mercados comunitários, que faturassem R\$ 40 mil por mês cada um, seria possível manter mais de 150 mercados comunitários desse porte.

Se 10% do faturamento total desses mercados fosse destinado para um fundo de investimentos da rede, para criar novos empreendimentos, teríamos R\$ 600 mil para

investimento mensal, possibilitando remontar as cadeias produtivas, evitando o escape dos fluxos de valor relacionados ao consumo produtivo da rede.

Assim, no dia seguinte (terça-feira) trabalhamos os Planos de Consumo com a ferramenta de Empreendimentos. Cada organização se debruçou sobre a realidade de consumo das famílias que a compõem e gerou um plano de consumo com alguns itens que seriam os mais prioritários ou importantes para atendimento. Usando a plataforma Solidarius, compartilhamos esses planos de consumo entre os participantes e, após o compartilhamento, os planos foram integrados em uma rede comum – o que tornou possível analisá-los de maneira sistêmica, em conjunto, gerando-se totalizações e diferentes tipos de cruzamento de informações. Fomos agregando novos itens, conforme as diferentes comunidades. E, então, a surpresa foi ainda



maior. A lista final de consumo continua 164 itens nos quais são gastos mensalmente mais de R\$ 11 milhões pelas famílias.

Com base no diagnóstico dos Planos de Consumo começamos a imaginar qual seria a estratégia adequada para atender a esse fluxo de consumo dos atores da economia solidária, que todo mês segue realimentando as empresas capitalistas, ao transferir a elas R\$ 11 milhões por meio das compras mensais que realizam.

Uma estratégia possível seria canalizar a demanda de consumo das famílias integradas nas organizações para mercados distribuídos por regiões, conectar os mercados à Central de Comercialização, que funcionaria como um Central de Compras, para a aquisição de produtos que os mercados não encontrassem na economia solidária. Assim, os mercados comprariam diretamente dos produtores da economia solidária, com os preços ajustados entre eles, conforme cada realidade concreta. E para os itens que não houvesse produtores solidários, eles recorreriam à Central

para serem abastecidos por ela. Esta, portanto, deveria operar como Central de Compras, para atender às demandas dos mercados de maneira integrada.

Havendo fornecedores da economia solidária naquela ou em outras regiões, com qualidade e preço adequados, eles seriam os provedores prioritários da Central. Mas caso a demanda fosse maior que a capacidade de oferta ou não houvesse oferta na economia solidária para a demanda existente, a central necessitaria buscar a melhor solução nos mercados convencionais para assegurar o abastecimento dos mercados solidários.

E, por fim, com os excedentes gerados na atividade comercial, canalizados ao Fundo de Investimento da Rede, seria possível criar outros empreendimentos para atender às demandas ainda não satisfeitas pela economia solidária. E, com isso, evitar que fluxos de valor escapassem da própria rede.

Assim, se 10% desses R\$ 11 milhões de faturamento mensal fossem destinados ao Fundo, haveria mais de R\$ 1 milhão por mês para

a criação de novos empreendimentos produtivos de bens e de serviços, incluindo as soluções logísticas requeridas para os fluxos de meios econômicos.

No dia seguinte (quarta-feira), usando a plataforma Solidarius, fizemos a elaboração simultânea de uns 15 planos de sustentabilidade de

empresendimentos de produção, comércio e serviço. Entre eles estavam planos para: mercado, empório, açougue, padaria e massas, farmácia, distribuidora de gás, horti-fruti-granjeiro, produtos de higiene, produtos de limpeza e produção de peixes e verduras.

Os planos foram dimensionados para serem sustentáveis no atendimento do menor volume de demanda possível, facilitando a sua posterior replicação nos diferentes territórios.

No dia seguinte (quinta-feira), os planos de oferta foram igualmente compartilhados e integrados na Rede. E então pudemos cruzar os planos de consumo com os planos de ofertas, usando as ferramentas da plataforma que são específicas para analisar os fluxos econômicos em rede, de maneira sistêmica.

Nesse momento, como a demanda era muito superior ao faturamento previsto para cada empreendimento, pudemos projetar o número de empreendimentos que poderiam ser multiplicados para o atendimento total. Por exemplo, somente a demanda de leite,

algo em torno a R\$ 122 mil mensais, era maior que o faturamento necessário para manter vários empórios ou mercadinhos. Com os dados preliminares de demandas, se estas fossem atendidas por empreendimentos solidários, seria possível criar mais de 300 empreendimentos faturando mais de R\$ 35 mil mensais cada um deles.

Fizemos novamente as análises de consumo final, consumo de matérias-primas e análise de ofertas. Mas agora, diferentemente do primeiro dia, podíamos avaliar cada demanda e cada oferta em volumes e valores, conforme os Planos de Consumo e Planos de Atendimento, feitos no segundo e terceiro dias. Para cada produto ou insumo podíamos ver os provedores e consumidores, a quantidade e o valor que cada um deles comprava ou oferecia e se esses valores retroalimentavam a rede de economia solidária, o mercado capitalista, o Estado ou outros.

Fizemos igualmente a análise de fluxo dos valores que entravam, saíam ou circulavam pela rede e percebemos que o grau inicial de realimentação interna da rede era zero. Em outras palavras, esse grau zero indicava que os consumidores compravam no mercado capitalista os produtos finais de que necessitavam e os empreendimentos também compravam no mercado capitalista os meios necessários para a realização de suas atividades. Nem os

consumidores nem os empreendimentos compravam no circuito da economia solidária volumes expressivos em relação aos R\$ 11 milhões de demandas existentes.

Então, em nossa simulação, começamos a canalizar as compras das famílias e dos empreendimentos para o setor da economia solidária. Essa simulação não incluiu as compras públicas, pois não houve a projeção de um plano de compras públicas por falta de dados mais detalhados a seu respeito.

Nesse momento, voltamos aos planos de consumo das famílias e empreendimentos e começamos a indicar como fornecedores os empreendimentos solidários projetados no terceiro dia. Assim, se já tínhamos um açougue, replicamos esse açougue tantas vezes quantas fosse necessário para atender a todas as demandas existentes de carne. Desse modo, uma parte da demanda de carnes foi endereçada ao açougue já projetado até a sua capacidade máxima de atendimento. E a restante canalizada a outros açougues da rede a serem criados e sustentados com a demanda já existente. Procedimento igual foi adotado para com todas as demandas existentes de todos os produtos dos Planos de Consumo em relação a todos os empreendimentos integrados conforme seus Planos de ofertas.

Vimos então que os consumidores dirigiam, nesse novo cenário, suas demandas para os mercados ou diretamente aos empreendimentos produtores. Vimos também que uma parte dos insumos ne-

cessários para vários empreendimentos passava a ser comprada nos mercados solidários. E que estes passavam a comprar os produtos, a serem comercializados, junto a outros provedores da rede ou junto à Central de Compras, quando não havia oferta suficiente dos produtores.

Após substituir fornecedores não-solidários e remontar as cadeias de suprimento privilegiando os atores da economia solidária, fizemos novamente um diagnóstico da rede. Agora, nesse novo cenário, havia um volume considerável de conexões entre os consumidores e provedores solidários. O grau de realimentação da rede havia subido de 0,00 para 0,04. Pois aqueles quinze empreendimentos, dimensionados para operar sustentavelmente com baixa demanda, jamais poderiam atender sozinhos à demanda de R\$ 11 milhões da rede. Mas por outro lado vimos que sendo multiplicados esses empreendimentos para o atendimento total da demanda para a qual eles têm competência de atu-

ar como provedores, haveria uma elevação da circulação interna dentro da rede, entre os empreendimentos produtivos, para a casa de R\$ 6 milhões.

No último dia (sexta-feira) fizemos, então, a simulação da organização de um sistema de intercâmbio solidário para a movimentação dos fluxos referentes a esses R\$ 6 milhões mensais.

Como as transações feitas no interior da rede podem ser compensadas com produtos, a movimentação dos bens e serviços é anotada com a geração dos créditos correspondentes ao provedor, de modo que possa compensá-los posteriormente com os bens e serviços que possa obter de outro membro da rede.

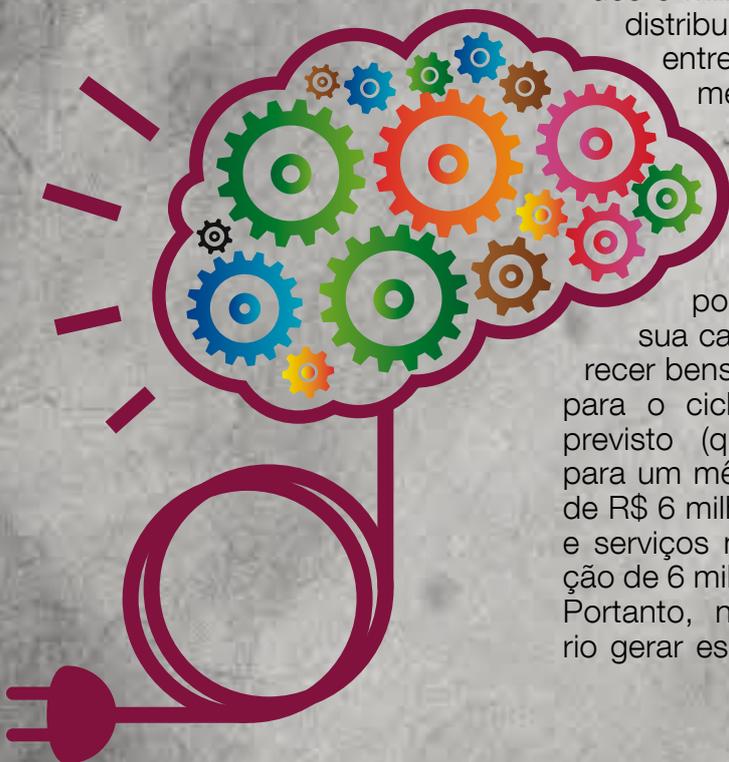
Com a ferramenta de créditos do Solidarius, criamos o nodo de rede local. A unidade de intercâmbio criada para as transações internas foi batizada de Cerrado. E, como a movimentação mensal apurada no dia anterior era na casa de R\$ 6 milhões, foram gerados 6 milhões de Cerrados distribuídos igualmente entre os empreendimentos. Na prática, o volume que se pode gerar em créditos a um empreendimento não pode ser maior que a sua capacidade em oferecer bens e serviços à rede para o ciclo de transações previsto (que foi projetado para um mês). E a circulação de R\$ 6 milhões em produtos e serviços não exige a geração de 6 milhões em créditos. Portanto, não era necessário gerar esse montante para

compensar as transações. Mas, para facilitar o exercício e simularmos as transações globais por setores, foram gerados aproximadamente 300 mil Cerrados por participante (para operar os fluxos de intercâmbio dos empreendimentos entre eles, visando atender à demanda total dos consumidores finais).

Uma vez criadas as contas e gerados os créditos, teve início a simulação das transações de intercâmbio, com base nas demandas dos Planos de Consumo e nas Capacidades dos Planos de ofertas de empreendimentos (multiplicados pelo volume total de empreendimentos que poderiam ser criados). Isto é, considerou-se a totalidade de demandas de carne, por exemplo, endereçando-a ao açougue da rede – que somente poderia atender a toda a demanda existente replicando-se em mais de 40 açougues com o mesmo padrão de capacidade de atendimento.

A rodada de intercâmbios começou às 13:10hs e terminou às 16:33hs. Na simulação dos intercâmbios foram feitas 274 operações, envolvendo a geração de créditos no equivalente a R\$ 6 milhões e de transações envolvendo as ofertas dos empreendimentos e as demandas dos grupos de consumo, alcançando a mais de R\$ 3 milhões em produtos e serviços transacionados com os Cerrados.

Finalizada a simulação dos intercâmbios, avançamos então na reflexão sobre a necessidade que os produtores, que venderam todos os seus produtos em Cerrado, teriam de reais para realizar



pagamentos externos à rede, uma vez que em seus Planos de Sustentabilidade havia um conjunto de matérias-primas e outros pagamentos a fazer com reais.

Destacou-se então a necessidade de haver um Fundo de Economia Solidária como sistema de compensação, de Cerrados por reais, para assegurar os pagamentos externos dos membros da rede quando necessários. E jamais extrapolar os parâmetros de sustentabilidade que asseguram a solvência do sistema, respeitando-se os Planos de Sustentabilidade dos Empreendimentos que foram integrados na rede – que permitem mensurar o valor de compensações a ser realizado pelo Fundo a cada mês.

O primeiro passo para a constituição do Fundo é organizar o consumo, possibilitando a emissão de créditos lastreados. Por exemplo, organizando 20 grupos com cem famílias cada um, teríamos o consumo de 2 mil famílias por atender. Se cada família se comprometesse a comprar R\$ 250,00 por mês junto à Central de Compras, isso resultaria na aquisição de R\$ 500 mil mensais. Se o excedente apurado sobre o faturamento dessa Central fosse de 10%, seriam destinados R\$ 50 mil ao fundo e seriam gerados 50 mil Cerrados correspondentes, que entrariam em circulação.

Nessa situação, se os empreendimentos necessitassem de converter Cerrados em reais para pagamentos externos, teriam esse limite de 50 mil – obtidos com o consumo de 2 mil famílias. Por isso, é necessário forta-

lecer o Fundo, canalizando para ele os excedentes dos empreendimentos, que são igualmente convertidos em Cerrados para a obtenção do que é oferecido no interior da rede. E, havendo necessidade de pagamentos externos, tais pagamentos poderiam ser realizados igualmente com Cerrados – acionando o sistema de compensação –, como ocorre nos bancos comunitários em que os pagamentos podem ser feitos com a moeda local ou nacional.

Portanto, há que considerar-se sempre as duas limitações para a emissão e movimentação dos créditos, que nesta simulação receberam o nome de Cerrado: a capacidade de oferecer bens e serviços pelo participante, conforme seu plano de sustentabilidade, para o limite de emissão; e o valor do fundo que condiciona o limite de compensação mensal, já projetado conforme os planos de sustentabilidade do conjunto dos empreendimentos. Assegurando-se as entradas suficientes para a compensação e os limites máximos de geração, segundo a capacidade de oferta de meios econômicos em relação à demanda existente, o sistema permanece solvente

e pode seguir crescendo sustentavelmente em equilíbrio – sem qualquer risco sistêmico para a expansão da rede ou compensação dos créditos.

Por fim elaborou-se um plano de ação com os passos a serem dados para a organização da rede, envolvendo: mapear o consumo das famílias, empreendimentos e demandas públicas a serem atendidas pela economia solidária bem como as ofertas existentes dos empreendimentos já constituídos; reelaborar os Planos de Sustentabilidade dos empreendimentos para o novo cenário; e, com base na atualização desses planos de consumo e ofertas, atualizar o diagnóstico de fluxos da rede; organizar então o sistema de intercâmbio, com a emissão dos créditos necessários aos volumes de intercâmbio não-monetário no interior da rede, considerando os limites de solvência do sistema; e elaborar um plano de organização e desenvolvimento da rede, com passos e prazos.

Em síntese, esses foram os resultados dos cinco dias de trabalho nesse curso em Douros sobre fluxos econômicos e projeção de redes de economia solidária.



Conheça mais
sobre o IMS.
Visite nosso site e
saiba mais sobre
nossos projetos!



INSTITUTO MARISTA
DE SOLIDARIEDADE



Rede Brasileira de
COMERCIALIZAÇÃO
SOLIDÁRIA



CADEIA PRODUTIVA
DO **PEQUIM**
MS



Rede CFES

Formação e Assessoria Técnica
Sudeste

www.ims.org.br

**Quando plantamos solidariedade,
colhemos cidadania.**